

Sentença

Trata-se de ação de recuperação judicial especial movida pela empresa devedora Mendes e Borges Ltda. ME, representada por seu sócio administrador Giulier Mendes Gonçalves, tendo sido deferido seu processamento às fls. 195/197, publicado o edital à fl. 227 e apresentado o plano às fls. 239/242.

Rejeitadas as objeções apresentadas pelos credores Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil (decisão de fls. 410/412).

Homologado o plano de recuperação judicial (decisão de fls. 478/480).

Petição aviada pela Administradora Judicial às fls. 599/611, denunciando realização de pagamentos pela devedora a credores, em desacordo com o previsto no plano de recuperação judicial.

O credor Banco do Brasil S/A pugnou pela convolação da presente recuperação judicial em falência (fls. 647/648).

Às fls. 679/687, em resposta, a recuperanda afirmou ter feito acordo com todos os fornecedores e que os pagamentos não foram feitos com base na planilha publicada pela Administradora Judicial porque foi concedido desconto de até 50% para pagamento em uma única parcela. Discordou dos apontamentos da Administradora Judicial.

Decisão de fls. 811/812, ordenou intimação da Administradora Judicial para se manifestar sobre a justificativa apresentada pela recuperanda, de dar tratamento diferenciado a determinados credores.

Manifestação da Administradora Judicial às fls. 820/827.

Pronunciamento do presentante do Ministério Público (fl. 831).

Intimada a recuperanda da decisão de fls. 811/812, que reconheceu o descumprimento do plano de recuperação judicial, nada manifestou (certidão de fl. 842).

É o relatório. Fundamento e decido.

Como é cediço, o instituto da recuperação judicial inspirou-se no princípio constitucional da função social da propriedade e dos meios de produção, decorrendo daí o princípio da preservação da empresa (art. 47, LRF). Não obstante, inadmissível a concessão de forma ampla e ilimitada do instituto da recuperação de empresa, apenas permitida às sociedades empresárias que se mostrem recuperáveis. Isso quer dizer que a preservação da empresa não pode ser invocada para justificar a manutenção de sociedades empresárias que, em recuperação judicial, não cumprem as obrigações assumidas no plano e praticam atos de falência (nesse sentido: TJGO, 3ª Câmara Cível, DJ 2000 de 04/04/2016, Agravo de Instrumento nº 265431-49.2015.8.09.0000, Rel. Des. Beatriz Figueiredo Franco)

Corroborando esse raciocínio, Eduardo Secchi Munhoz, *in* ?Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005?, coords. Francisco Satiro de Souza Júnior e Antônio Sérgio A. de Moraes Pitombo, 2ª ed., São Paulo: RT, 2007, p. 302/303:

?[...] A Lei divide o processo de recuperação em duas fases distintas: (i) a de negociação e aprovação do plano; e (ii) a de execução e cumprimento do plano, no prazo de até 2 anos. [?] Além da permanência dos órgãos da

recuperação em pleno funcionamento - assembleia geral de credores, comitê de credores e administrador judicial -, a segunda fase do processo de recuperação caracteriza-se pelo maior rigor dispensado ao eventual descumprimento das obrigações assumidas no plano. Se o inadimplemento ocorrer dentro desse período, a consequência será a convalidação da recuperação em falência, independentemente da vontade dos credores. Cabe ao juiz, de ofício, decretar a falência do devedor nessa hipótese (art. 73, IV), a exemplo do que ocorria no regime anterior da concordata. [...]?

A respeito disso, o artigo 61, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, preconiza que:

Art. 61. Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial.

§ 1º Durante o período estabelecido no *caput* deste artigo, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convalidação da recuperação em falência, nos termos do art. 73 desta Lei.

E o artigo 73, inciso IV, da citada lei, diz:

Art. 73. O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:

IV por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, na forma do § 1º do art. 61 desta Lei.

O Artigo 94, inciso III, § 1º, do mesmo diploma legal, preceitua:

Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:

III pratica qualquer dos seguintes atos, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial:

g) deixa de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no plano

de recuperação judicial.?

Transportando os comandos legais, doutrinário e jurisprudencial ao caso vertente, observa-se que no caso em apreço se aplicam inteiramente.

Isso porque, pelo que se extrai do estudo dos autos, os pagamentos estão sendo realizados pela recuperanda de forma absolutamente irregular, não alcançando todos os credores, tendo a devedora negociado, após a aprovação do plano recuperacional, diretamente com alguns credores com deságio de 50% (cinquenta por cento), ao invés do deságio de 30% (trinta por cento) previsto no plano.

Não bastasse isso, está a recuperanda a realizar pagamentos com base na primeira lista divulgada por ela mesma, e não conforme a 2ª lista de credores elaborada após a recepção das habilitações/divergências pela Administradora Judicial.

A própria recuperanda reconheceu em sua manifestação que está a descumprir o plano recuperacional, situação que esta magistrada já verificou na decisão de fls. 811/812, não tendo a devedora se insurgido contra. Resumiu-se em justificar o descumprimento, ao fundamento de que os acordos que fez com alguns credores visavam garantir o próprio funcionamento de sua empresa.

Ora, pelo que se pode extrair do plano de recuperação judicial, não cuidou a recuperanda de previamente elaborar um projeto que previsse o tratamento diferenciado a determinados credores, justificando antecipadamente a geração de subclasses. Desatendendo o plano homologado por este juízo, vem pagando uns e deixou de pagar outros credores, lançando mão indisfarçadamente de meio fraudulento para realizar pagamentos.

Conforme já se disse na decisão de fls. 811/812, não consta pagamento aos bancos do Brasil, Itaú e CEF.

Com a credora Carbografite Equip. Ind. Ltda., a recuperanda negociou deságio de 50% (cinquenta por cento), apesar de o plano prever de 30% (trinta por cento) (fl. 516).

A empresa credora Robert Bosch Ltda. ostentava crédito, segundo a lista de credores, no valor de R\$ 1.218,07 (mil, duzentos e dezoito reais, sete centavos), mas a recuperanda pagou de uma só vez o valor superior de R\$ 1.765,03 (mil, setecentos e sessenta e cinco reais, três centavos) e sem o deságio (fls. 518/519).

A empresa credora BCR Com. Ind. S/A possuía crédito de R\$ 629,61 (seiscentos e vinte e nove reais, sessenta e um centavos), mas a recuperanda pagou R\$ 1.547,93 (mil, quinhentos e quarenta e sete reais, noventa e três centavos), valor superior ao previsto na lista de credores, em única parcela e sem deságio (fls. 520/521).

A empresa credora Imperial Comércio de Parafusos e Máquinas Ltda. possuía crédito de R\$ 3.427,22 (três mil, quatrocentos e vinte e sete reais, vinte e dois centavos), mas a recuperanda pagou de uma só vez R\$ 2.987,80 (dois mil, novecentos e oitenta e sete reais, oitenta centavos), valor superior caso tivesse aplicado o deságio de 30% (trinta por cento) (fls. 522/524).

A empresa credora Mega Plasma Comercial Ltda. possuía crédito no valor de R\$ 603,71 (seiscentos e três reais, setenta e um centavos), tendo a recuperanda pago sem deságio (fls. 526/527).

Para a credora Industrial e Comércio de Couros Calçados Primavera, que ostentava crédito de R\$ 1.529,20 (mil, quinhentos e vinte e nove reais, vinte centavos), aplicou a recuperanda deságio de 50% (cinquenta por cento) (fls. 530/531).

A empresa credora Lukma Com. Eletro Eletrônicos Imp. Exp. Ltda. recebeu seu crédito de acordo com a lista de credores da própria recuperanda (a primeira), e não de acordo com a segunda lista, elaborada pela Administradora Judicial (fls. 533/534).

A empresa credora Lincoln Eletric Brasil Ind. Com. Ltda. recebeu crédito de R\$ 3.656,69 (três mil, seiscentos e cinquenta e seis reais, sessenta e nove centavos) em única parcela e com deságio superior a 30% (trinta por cento) (fl. 538).

A credora Oximig Indústria e Comércio Ltda. recebeu seu crédito com deságio de 50% e em única parcela (fl. 539).

A empresa credora Saint Gobain Brasil está recebendo o crédito de R\$ 1.218,07 (mil, duzentos e dezoito reais, sete centavos) com deságio de 50% (cinquenta por cento) (fls. 541/548).

A credora Pressure Compressores Ltda., que ostenta crédito de R\$ 8.864,36 (oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais, trinta e seis centavos), recebeu apenas 2 (duas) parcelas e com deságio de 50% (cinquenta por cento) (fls. 552/553).

A empresa credora V8 Brasil Ltda., que ostentava crédito de R\$ 835,24 (oitocentos e trinta e cinco reais, vinte e quatro centavos), recebeu de uma só vez o valor de R\$ 1.387,92 (mil, trezentos e oitenta e sete reais, noventa e dois centavos), quantia superior e sem deságio (fls. 554/555).

A empresa credora Menegotti Indústria Metalúrgica Ltda., que ostenta crédito de R\$ 48.885,98 (quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais, noventa e oito centavos), está recebendo valor inferior ao previsto no plano e em parcelas iguais e sucessivas de R\$ 37,86 (trinta e sete reais, oitenta e seis centavos) (fls. 557/566).

Alguns credores não estão sequer recebendo, a exemplo do Banco Itaú (fl. 826), conforme se nota pela decisão de fls. 811/812.

Como bem lembrou a Administradora Judicial à fl. 821, ?ao conceder privilégio aos credores que continuam a fornecer mercadorias à recuperanda (denominados de fornecedores essenciais), o plano de recuperação dá efetividade à garantia constitucional da igualdade substancial e faz valer os princípios da função social e da preservação da empresa.? Entretanto, como bem realçou, não cuidou a recuperanda de justificar tais tratamentos diferenciados no plano recuperacional, de modo que o plano de recuperação judicial apresentado pela recuperanda (fls. 239/262) não prevê o tratamento diferenciado para os credores essenciais ao funcionamento do negócio.

Sendo assim, tem-se que o descumprimento de obrigações assumidas através do plano de recuperação, durante o prazo bienal de supervisão judicial, autoriza a decretação da quebra, mesmo *ex officio*. A despeito disso, o credor Banco do Brasil S/A pugnou pela convalidação da presente recuperação judicial em falência às fls. 647/648 (art. 97, IV, Lei nº 11.101/05).

A recuperanda, sob o argumento de que foi necessário realizar acordos com alguns credores

para garantir sua operação, vem conduzindo esta recuperação judicial ao seu talante, desatendendo a segunda lista de credores elaborada pela Administradora Judicial e descumprindo patentemente o plano de recuperação judicial que ela mesma elaborou, provocando irreparável insegurança jurídica na classe credora, no Poder Judiciário e na economia local.

Não resta outra alternativa a este juízo, que não a convolação da recuperação judicial, nos exatos termos dos artigos 61, §1º, 73, IV e 94, III, "g", todos da Lei nº 11.101/05.

A propósito:

“(…) Em havendo o descumprimento das obrigações por parte da agravante, comportável é a convolação da recuperação em falência, ex vi dos artigos 61, § 1º e 73, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. (…).” (TJGO, Agravo de Instrumento nº 189246-04.2014.8.09.0000, Rel. Des. Alan S. de Sena Conceição, 5ª CC, julgado em 25/06/2015, DJe 1818 de 03/07/2015)

“RECUPERAÇÃO JUDICIAL - INADIMPLENTO DE OBRIGAÇÃO - PEDIDO DE FALÊNCIA - ADMISSIBILIDADE - PRESENTES OS PRESSUPOSTOS DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. A recuperação judicial obriga o devedor a cumprir todas as obrigações previstas no plano e aquelas que tiverem vencimentos dentro do prazo de dois anos contados da concessão. Durante esse período, o descumprimento de qualquer obrigação poderá acarretar a convolação da recuperação em falência.” (TJMG - Processo nº. 1.0540.08.016697-3/001 - Rel. Des. Edilson Fernandes - Publicação: 11/09/2009).

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONVOCAÇÃO EM FALÊNCIA. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. Nos termos dos artigos 61, §1º e 73, IV, da Lei n. 11.101/05, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano recuperação judicial acarretará a convolação do pedido em falência. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.” (TJGO, Agravo de Instrumento nº 242703-53.2011.8.09.0000, Rel. Des. Jeová Sardinha de Moraes, 6ª CC, julgado em 29/11/2011, DJe 990 de 25/01/2012)

Isso posto, convolo a recuperação judicial da empresa Mendes e Borges Ltda. ME em falência, nos termos dos artigos 61, §1º, 73, IV e 94, III, ?g?, todos da Lei nº 11.101/05 e, em decorrência disso:

a) fica estipulado como termo legal da falência o prazo de noventa dias anteriores à data de procolo da inicial da presente ação (art. 99, inc. II, da LFRE);

b) nos termos do art. 99, V, ficam suspensas todas as ações ou execuções contra a falida, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da mesma Lei, ficando suspensa, também, a prescrição;

c) fica proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida sem autorização judicial (art. 99, inc. VI, da LFRE);

d) determino a expedição de ofícios (art. 99, X e XIII) aos órgãos e repartições públicas (União, Estado e Município, Fazendas Públicas; Banco Central, DETRAN, Receita Federal, etc.), bem como à JUCEG, para fins dos arts. 99, VIII, e 102, intimando-se também o Ministério Público;

e) permanecerá exercendo a função de administradora judicial da falência a empresa Belém Pacheco e Araripe Advogados Associados (art. 99, inc. IX, da LFRE), intimando-a na pessoa do advogado Filipe Denki Belém Pacheco, OAB/GO 34.021;

f) deve a Administradora Judicial proceder à arrecadação dos bens e documentos e livros (art. 110), bem como à avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (arts. 108 e 110), para realização do ativo (arts. 139 e 140), sendo que ficarão eles "sob sua guarda e responsabilidade" (art. 108, parágrafo único), podendo providenciar a lacração, para fins do art. 109, também do local onde se encontram os bens, ficando por ora, o sócio administrador Giuler Mendes Gonçalves como depositário, quanto aos bens que se encontram no estabelecimento empresarial da falida. Com relação aos livros deve a Administradora Judicial providenciar o seu encerramento e guarda em local que indicar. Quanto à realização do ativo, promova a Administradora Judicial a avaliação da empresa em bloco, por blocos de bens e dos bens isoladamente, visando o disposto no art. 140;

g) nos termos do art. 109 da LFRE, determino seja lacrado o estabelecimento da devedora, dado o comportamento temerário da falida, de realização de pagamentos desordenados a credores de mesma classe (art. 99, inc. XI, da LFRE);

h) para salvaguardar os interesses das partes envolvidas e verificado indício de crime previsto na Lei n. 11.101/2005, e em caso de necessidade, registre-se que poderá ser decretada prisão preventiva (art. 99, VII);

i) oficie-se aos órgãos e repartições públicas e outras entidades para que informem a existência de bens e direitos da falida.

Expeça-se edital, nos termos do art. 99, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, devendo nele constar, quanto à relação de credores a que se refere o art. 7º, § 2º, da Lei nº 11.101/05, que ela já foi publicada quando da recuperação judicial.

Comunique-se, com cópia da sentença, a decretação da falência às Varas Cíveis desta Comarca.

P.R.I.

Rio Verde, 27 de novembro de 2017.

Lidia de Assis e Souza Branco

Juíza de Direito